

SUMÁRIO

TÍTULO I

Direito Penal Eleitoral

1	CRIMES ELEITORAIS: ASPECTOS GERAIS	3
1.1	Introdução	3
1.2	Natureza do crime eleitoral	6
1.2.1	Crime e contravenção	6
1.2.2	O crime eleitoral é comum ou político?	8
1.3	Objeto do crime eleitoral	14
1.4	Classificação dos crimes eleitorais.....	14
1.5	Conceito de agente público para fins eleitorais	16
1.6	Limite mínimo da pena privativa de liberdade	17
1.7	Substituição de pena privativa de liberdade.....	17
1.8	Pena restritiva de direito	18
1.9	Causas de aumento e diminuição de pena	19
1.10	Aplicação da pena de multa	26
1.11	Reincidência e duplicação da pena de multa	28
1.12	Crime eleitoral cometido pela mídia	29
1.13	Efeitos de sentença penal condenatória: suspensão de direitos políticos e inelegibilidade	29
1.13.1	Suspensão de direitos políticos.....	29
1.13.2	Inelegibilidade	36
2	CRIMES ELEITORAIS EM ESPÉCIE.....	43
2.1	Introdução	43
2.2	Crimes previstos no Código Eleitoral.....	45

Art. 289 Inscrição fraudulenta de eleitor.....	45
Art. 290 Induzir à inscrição fraudulenta	52
Art. 291 Efetuar o juiz inscrição fraudulenta de alistando.....	57
Art. 292 Negar ou retardar inscrição eleitoral	58
Art. 293 Perturbar ou impedir alistamento.....	60
Art. 295 Reter título eleitoral.....	60
Art. 296 Promover desordem nos trabalhos eleitorais	61
Art. 297 Impedir ou embaraçar o exercício do sufrágio.....	62
Art. 298 Prender ou deter eleitor, membro de mesa receptora, fiscal, delegado de partido ou candidato	63
Art. 299 Corrupção eleitoral	66
Art. 300 Coação mediante autoridade pública	78
Art. 301 Coação mediante violência ou grave ameaça	83
Art. 302 Promover a concentração de eleitores	86
Art. 303 Majorar preços de utilidades e serviços.....	88
Art. 304 Não fornecer produtos e serviços.....	89
Art. 305 Intervir em mesa receptora de votos.....	90
Art. 306 Não observar a ordem da fila de votação	92
Art. 307 Fornecer cédula marcada	93
Art. 308 Fornecer cédula em oportunidade indevida.....	93
Art. 309 Infringir a igualdade e personalidade do voto	94
Art. 310 Praticar irregularidades ensejadoras de anulação da votação	97
Art. 311 Votar em seção eleitoral diversa	98
Art. 312 Violar o sigilo do voto.....	99
Art. 313 Não expedir boletim de urna.....	102
Art. 314 Não recolher as cédulas apuradas, fechar e lacrar urna	105
Art. 315 Mapismo eleitoral.....	107
Art. 316 Não receber nem mencionar em ata protesto ou impugnação	109
Art. 317 Violar o sigilo de urna eleitoral	111
Art. 318 Apurar votos de urna com eleitor impugnado	113
Art. 319 Subscrever mais de uma ficha de apoio para registro de partido.....	114
Art. 320 Pluralidade de filiação partidária	116
Art. 321 Colher assinaturas do mesmo eleitor para registro de partido..	117
Art. 323 Divulgar falsos fatos na propaganda	118

Art. 324	Calúnia eleitoral.....	125
Art. 325	Difamação eleitoral.....	138
Art. 326	Injúria eleitoral.....	145
Art. 326-A	Denúncia caluniosa eleitoral.....	160
Art. 331	Inutilizar, alterar ou perturbar meio regular de propaganda.....	172
Art. 332	Impedir o exercício de propaganda.....	175
Art. 334	Usar irregularmente organização empresarial.....	178
Art. 335	Fazer propaganda em língua estrangeira.....	183
Art. 337	Participar de atividade partidária sem gozar de direitos políticos.....	186
Art. 338	Não assegurar prioridade postal.....	190
Art. 339	Destruir, suprimir ou ocultar urna ou documentos eleitorais.....	192
Art. 340	Fabricar, adquirir, fornecer, subtrair ou guardar materiais de uso exclusivo da Justiça Eleitoral.....	194
Art. 341	Retardar ou não publicar atos da Justiça Eleitoral.....	197
Art. 342	Não apresentar denúncia no prazo legal.....	199
Art. 343	Omitir-se o juiz no controle da obrigatoriedade da ação penal.....	203
Art. 344	Recusar ou abandonar serviço eleitoral.....	205
Art. 345	Não cumprir deveres no prazo legal.....	208
Art. 346	Permitir o uso de serviço e bem público em benefício de partido.....	211
Art. 347	Desobediência eleitoral.....	216
Art. 348	Falsidade material de documento público.....	223
Art. 349	Falsidade material de documento particular.....	228
Art. 350	Falsidade ideológica eleitoral.....	230
Art. 352	Falso reconhecimento de firma ou letra.....	242
Art. 353	Usar documento falso.....	244
Art. 354	Obter falso documento.....	249
Art. 354-A	Apropriar-se de bens ou recursos destinados ao financiamento de campanha eleitoral – peculato eleitoral.....	251
2.3	Crimes previstos na Lei das Eleições – Lei nº 9.504/1997.....	255
Art. 33, § 4º	Divulgar pesquisa eleitoral fraudulenta.....	255

	Art. 34, § 2º Dificultar ou impedir o acesso aos dados de pesquisa eleitoral.....	262
	Art. 34, § 3º Divulgação de irregularidade de dados de pesquisa eleitoral.....	265
	Art. 39, § 5º Propaganda eleitoral no dia da eleição	268
	Art. 40 Usar sinais ou imagens semelhantes aos da Administração Pública	277
	Art. 57-H, §§ 1º e 2º Contratar pessoas para produzir mensagens ofensivas na internet.....	280
	Art. 58, § 7º Não observar prazo para julgar direito de resposta	288
	Art. 68, § 2º Não entregar cópia de boletim de urna aos partidos.....	290
	Art. 72 Acessar ou desenvolver sistema de dados ou lesar equipamento eleitorais.....	292
	Art. 87, § 4º Impedir a fiscalização da apuração por fiscais de partido	296
	Art. 91, parágrafo único Reter título ou comprovante de alistamento eleitoral.....	299
	Art. 100-A Descumprir os limites de contratação de pessoal para serviços de campanha	302
2.4	Crimes eleitorais na Lei nº 6.091/1974 – transporte e alimentação de eleitores em dia de eleição	305
	Art. 11, I Não disponibilizar à Justiça Eleitoral veículos e embarcações	306
	Art. 11, II Descumprir, o particular, requisição de veículo ou embarcação.....	308
	Art. 11, III Fornecer transporte ou alimentação a eleitor no dia do pleito.....	310
	Art. 11, IV Obstar o serviço de fornecimento de refeições ou transporte a eleitores.....	315
	Art. 11, V Usar em campanha eleitoral veículo ou embarcação da Administração Pública.....	317
2.5	Crimes eleitorais na Lei nº 6.996/1982	321
	Art. 15 Mapismo eleitoral no processamento eletrônico de cédulas....	321
2.6	Crimes eleitorais na Lei de Inelegibilidades – LC nº 64/1990	322
	Art. 25 Arguir inelegibilidade ou impugnar registro de candidatura com má-fé ou de forma temerária.....	322

TÍTULO II

Direito Processual Penal Eleitoral

3	PROCESSO PENAL ELEITORAL	329
3.1	Introdução	329
3.2	Aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Penal	330
3.3	Institutos despenalizadores	330
3.3.1	Infração penal de menor potencial ofensivo – transação penal...	331
3.3.2	Infração penal <i>eleitoral</i> de menor potencial ofensivo	333
3.3.3	Juizados especiais criminais eleitorais	333
3.3.4	Acordo de não persecução penal	335
3.3.5	<i>Sursis</i> processual – art. 89 da Lei nº 9.099/1995	340
3.3.6	Cômputo de causa de aumento de pena para aplicação de benefício.....	342
3.3.7	Proibição de concessão de novo benefício no prazo de 5 anos....	343
3.4	Inquérito policial eleitoral	344
3.5	Medidas cautelares.....	352
3.5.1	Garantias eleitorais – prisão de eleitores, mesários, fiscais e candidatos.....	354
3.5.2	Medidas assecuratórias: apreensão de coisas	355
3.6	Juiz de garantias	356
3.7	Ação penal eleitoral	357
3.7.1	Natureza.....	357
3.7.2	Princípios.....	358
3.7.3	Condições da ação penal	359
3.8	Denúncia.....	363
3.8.1	Denúncia desacompanhada de inquérito policial.....	365
3.8.2	Irrecorribilidade em separado do ato que recebe denúncia.....	368
3.9	Processo jurisdicional penal eleitoral.....	370
3.9.1	Processo Judicial Eletrônico	374
3.9.1.1	Sessão de julgamento por meio eletrônico	375
3.10	Pressupostos processuais	377
3.10.1	Existência e validade do processo.....	377
3.10.2	Competência	379

3.10.2.1	Introdução	379
3.10.2.2	Regras de distribuição de competência.....	383
3.10.2.3	Alteração de competência.....	389
3.10.2.4	Conflito de competência	394
3.10.2.5	Conflitos de atribuição entre membros do MP Eleito- ral	396
3.11	Rito processual.....	397
3.11.1	Procedimento especial eleitoral	398
3.11.2	Procedimento especial no tribunal – competência originária... 406	
3.11.2.1	O procedimento especial como previsto na Lei nº 8.038/1990.....	406
3.11.2.2	Alterações da Lei nº 11.719/2008 no CPP e no rito nos crimes de competência originária	413
3.12	Garantias constitucionais criminais: <i>habeas corpus</i> e mandado de se- gurança.....	417
3.12.1	<i>Habeas corpus</i>	417
3.12.2	Mandado de segurança em matéria criminal	428
3.13	Recursos eleitorais criminais.....	429
3.13.1	Tópicos gerais	429
3.13.2	Recurso eleitoral criminal	433
3.13.3	Recurso em sentido estrito	438
3.13.4	Embargos de declaração	441
3.13.5	Carta testemunhável.....	444
3.13.6	Correição parcial	445
3.13.7	Agravos	446
3.13.7.1	Agravo interno	446
3.13.7.2	Agravo em recursos especial e extraordinário	447
3.13.7.3	Agravo em execução criminal	448
3.13.8	Embargos infringentes e de nulidade.....	449
3.13.9	Recursos ordinários eleitorais.....	451
3.13.9.1	Recurso ordinário para o TSE.....	451
3.13.9.2	Recurso ordinário para o STF	455
3.13.10	Recursos excepcionais para os tribunais superiores	457
3.13.10.1	Recurso especial.....	458
3.13.10.2	Recurso extraordinário	464

3.13.11 Resumo dos recursos criminais na seara eleitoral.....	470
3.14 Revisão criminal	471
APÊNDICE 1 – SÚMULAS DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE.....	475
Súmula-TSE nº 9	475
Súmula-TSE nº 22	475
Súmula-TSE nº 23	475
Súmula-TSE nº 24	475
Súmula-TSE nº 25	475
Súmula-TSE nº 26	475
Súmula-TSE nº 27	476
Súmula-TSE nº 28	476
Súmula-TSE nº 29	476
Súmula-TSE nº 30	476
Súmula-TSE nº 31	476
Súmula-TSE nº 32	476
Súmula-TSE nº 34	476
Súmula-TSE nº 58	476
Súmula-TSE nº 59	477
Súmula-TSE nº 60	477
Súmula-TSE nº 61	477
Súmula-TSE nº 65	477
Súmula-TSE nº 71	477
Súmula-TSE nº 72	477
APÊNDICE 2 – A REFORMA DOS CRIMES E DO PROCESSO PENAL ELEITORAIS.....	479
APÊNDICE 3 – CRIMINALIZAÇÃO DE CAIXA DOIS E LAVAGEM DE DINHEIRO PARA FINS ELEITORAIS	483
APÊNDICE 4 – COMPETÊNCIA CRIMINAL E CRIME COMUM CONEXO COM ELEITORAL	487
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	507